

**RESUMO:** Este trabalho organiza alguns elementos da história da consolidação do estatuto científico e disciplinar da lingüística, para relacioná-los com as mudanças globais. Nos últimos trinta anos, o rearranjo do quadro colonial trouxe novos problemas para as relações entre línguas no mundo todo. Essa realidade coloca impasses para a lingüística, que inicialmente defendeu critérios de homogeneidade para definir seu objeto de estudo. Neste novo início de século outros critérios precisam ser levantados. Para compreender os impactos lingüísticos dessas mudanças mundiais, é preciso romper as fronteiras disciplinares.

**ABSTRACT:** This paper organizes some elements of the history of the linguistics' scientific and disciplinary status consolidation, to relate it to global changes. At last thirty years the colonial frame rearrangement introduced new problems into the relations between languages in the whole of wide world. This reality troubles linguistics, which initially defended criteria of homogeneity to define its subject. At beginning of this century other criteria must be listed. One must to break the disciplinary borders to understand the linguistic impacts from this wide world changes.

## 1. Introdução

Parafraseando Austin (1976, p.1), o que vou dizer a seguir não é difícil, mas tende a ser bastante contencioso. Tenho tentado conversar sobre o que se segue com estudantes, pesquisadoras e pesquisadores, colegas de trabalho. Em geral, as pessoas admitem: “O mundo mudou”, mas o passo seguinte de repensar então seus preceitos teóricos e/ou metodológicos em função dessa mudança, é visto quase como uma profanação da lingüística. Eu mesma duvido o tempo todo se são viáveis e exequíveis estudos contra-disciplinares em nossas instituições e grupos de pesquisa. Mas não posso evitar pensar sobre isso. Clastres (2003, p. 41), comentando a obra de um colega, me consola:

Lapierre começa seu trabalho denunciando, justamente, uma pretensão comum às ciências humanas, que acreditam assegurar o seu estatuto científico rompendo toda a ligação com o que elas chamam de filosofia. E, de fato, não há necessidade de tal referência para descrever cujas ou sistemas de parentesco. Mas trata-se de outra coisa, e é de temer que, sob o nome de filosofia, seja simplesmente o próprio pensamento que se procura fazer sair. Seria então o caso de dizer que ciência e pensamento se excluem mutuamente, e que a ciência se edifica a partir do não-pensado, ou mesmo do anti-pensamento?

É já bastante conhecido e discutido que a lingüística ganha estatuto científico no período da consolidação positivista das ciências naturais, representando, na ocasião, um conjunto metodológico afinado com o preceito da ciência *per se*. A publicação, em 1915, do *Curso de lingüística geral* (SAUSSURE, 1991), a crescente influência nas ciências sociais da antropologia cultural – especialmente no que diz respeito à centralidade da linguagem na estrutura inconsciente dos fenômenos culturais, e mais tarde a expansão, promovidas por Lévi-Strauss e Jakobson, do método estruturalista elevaram a lingüística rapidamente à ciência-piloto das humanidades (DOSSE, 1993). Esse ganho é praticamente contemporâneo à famosa *Enciclopédia internacional da ciência unificada*, organizada pelo positivismo lógico da Escola de Viena, e não é estranho que a lingüística lhe fizesse coro, na “busca de diretrizes e princípios com as quais seria possível e necessário instituir as bases da atividade propriamente científica” (IANNI, 2003, p. 9-10). O rigor do método de análise estrutural, primeiramente aplicado à fonologia de Praga e à antropologia cultural, estendeu-se rapidamente para todas as ciências sociais. Como suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários e, simultaneamente, eram suficientemente abertas para deixar um rol de problemas por serem ainda resolvidos pelos seus novos praticantes, mostrou-se um forte paradigma para preparar estudantes para serem membros da comunidade científica lingüística (KUHN, 2005).

---

<sup>1</sup> Para sugestões e críticas a este artigo: joplaza@letras.ufg.br.

Esse paradigma, tanto no seu formato inovador no *Curso de lingüística geral* como em suas contribuições mais recentes, depende basicamente de apresentar seu objeto de estudo apelando para duas características: regularidade e interioridade. Colocadas cuidadosamente pela dose positivista que fundou o estruturalismo, essas características *precisam* ser encontradas em todos os estudos lingüísticos que se pretendam científicos. A exigência de cientificidade ainda é o que leva a maioria dos lingüistas a coordenar suas pesquisas para a busca de regularidades internas – da língua, da fala, das variantes, da gramática universal, minimizando, regularizando ou até sem considerar as variáveis externas ao sistema descrito (PENNYCOOK, 2004). Evitar a reflexão crítica sobre a positividade de seu objeto, sobre a fragilidade da dupla interno-externo em seu esquema conceitual, e sobre a normatividade em oposição ao pretenso descritivismo de suas afirmações são tarefas fundamentais para a manutenção de um estatuto científico socialmente aceitável desse paradigma. Parece-me que uma maioria significativa entre nós tem sido feliz no desenvolvimento de tais tarefas. Também me parece possível afirmar que tais tarefas, apesar de felizes, têm sido alvo de críticas importantes, na lingüística (CAMERON, 1990; CAMERON ET AL, 1992; PENNYCOOK, 2004; SILVA, 2004) e fora dela (CARRILLO, 2005; FEYERABEND, 1979; HARAWAY, 1995).

Este trabalho pretende refletir sobre a positividade do objeto da lingüística, colocada em cheque por alguns elementos “externos” ao sistema, que impedem a manutenção dos argumentos de interioridade das regras, uma vez que problematizam aquilo que constrói os limites desse interior. Para isso, abro mão de listar argumentos sólidos já discutidos quanto à validade da lingüística científica, e me proponho a relacionar a dependência do objeto regular a alguns elementos do seu momento histórico, e confrontar essa dependência com algumas mudanças de alcance global, que forçam a redefinição do nosso campo de estudo.

## 2. A língua é a mesma, o mundo é o mesmo

Alguns elementos de um quadro de idéias mais amplo precisam ser lembrados, para entendermos porque a lingüística definiu um sistema com regularidade interior como seu objeto científico por excelência.

O primeiro elemento serviu-me de introdução a este trabalho: é a consolidação da ciência clássica, sua base de racionalismo cartesiano e sua análise positivista em partes mínimas que podem ser sintetizadas depois em um todo.

O segundo elemento a se lembrar é o conceito de nação. Assim que surge como objeto, o principal critério de homogeneidade para uma língua era seu território, que definia também os limites de sua comunidade. Esse critério foi herdado da tradição do conceito de nação. Como aponta Mignolo (2003), a nação emergiu como o conceito ontológico de fundação do Estado moderno, especialmente a partir do século XVII, quando o processo de colonização está a pleno vapor: “No início do mundo moderno as línguas eram ligadas a territórios, e as nações se caracterizavam pelos elos ‘naturais’ entre elas.” (MIGNOLO, 2003, p. 302). Essa ligação fundante entre língua e nação precede os estudos comparatistas do século XVIII, e dá a estes a base do seu corte de comparação: as línguas clássicas (latim e grego) e as línguas das nações modernas. Como aponta Lacoste (2005, p. 7), “Na época colonial, a língua de cada uma das potências colonizadoras se propagou, mais ou menos, entre as populações que ela dominava, freqüentemente com o auxílio das classes sociais que participavam ativamente do processo de modernização forçada que foi a colonização”. Para apoiar e justificar o valor das línguas oficiais dos territórios nacionais, as literaturas da época foram revestidas pela ideologia nacionalista. É mais do que conhecido o fato de que as literaturas foram tomadas como provas da existência de unidade nacional, como no caso da unificação italiana no século XIX justificada pelo dialeto toscano da obra de Dante e outros autores de Florença, e dos movimentos independentistas nas Américas. “As ideologias nacionais conseguiram naturalizar uma língua, defendendo sua pureza, associando-a a um território, e construindo sensibilidades monotópicas que apoiaram conclusões que influíram sobre a lingüística enquanto ciência e sobre uma longa tradição ocidental de filosofia da linguagem” (MIGNOLO, 2003, p. 313). Enfim, é o conceito de nação como unidade interna de um povo e de sua língua.

E finalmente o terceiro elemento relevante é o conceito de indivíduo. O sujeito cartesiano racional, pensante e consciente surgiu como ruptura da tradição medieval no humanismo renascentista do século XVI. Até o século XVIII, o indivíduo soberano era definido “em termos de mesmidade de um ser racional – isto é, uma identidade que permanecia a mesma e que era contínua em seu sujeito” (HALL, 2002, p. 27). No entanto, mudanças na extensão do processo de colonização forçaram a entrada do conceito de sociedade na concepção de indivíduo. O sujeito soberano passou a ser visto como não tão soberano assim, pois estaria inserido numa biologia da espécie – com o advento do darwinismo – e igualmente inserido nos processos de grupo e nas normas coletivas, que justificariam seu comportamento integrado às novas burocracias do Estado

e às novas formas de organizações do trabalho e da economia no século XIX. A sociologia, que se firmava como uma nova e importante ciência humana a serviço do controle populacional, se esforça para entender como os grupos sociais permaneciam unidos. Na ocasião, Durkheim defende a relação entre indivíduo e sociedade como um sistema de coerções externo, não opcionais, que são internalizados pelos indivíduos. Logo em seguida, com um apoio importante da antropologia cultural do século XX, a explicação ficaria com o seguinte formato: “os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham” (HALL, 2002, p. 31). Este é um formato da oposição interno-externo que pode ser encontrada na lingüística ainda hoje.

Dentro dessa tradição, o final do século XIX e o início do século XX só poderiam nomear algo homogêneo e estável como o objeto de estudo da lingüística, e a regularidade e interioridade como suas características conseqüentes. Uma nação homogênea e delimitada, geo-socialmente estável o suficiente para justificar o Estado independente política e economicamente, precisa de uma língua que lhe valha; um indivíduo ao mesmo tempo centrado em si, mas internalizando as estruturas sociais, está apto, ao final desse processo, a ser considerado um falante competente e representativo de uma língua dada; uma língua de uma nação homogênea, falada por indivíduos homogêneos e integrados a essa nação, é um objeto privilegiado de uma nova ciência-piloto, pois apresenta-se como elemento positivo para ser verificado, analisado e sintetizado. Enfim, “a cumplicidade entre língua, literatura, cultura e nação relacionava-se também com a ordem geopolítica e as fronteiras geográficas. Língua e literatura faziam parte de uma ideologia de Estado, apoiada por seus intelectuais orgânicos” (MIGNOLO, 2003, p. 299).

### 3. A língua é a mesma, o mundo é que mudou?

Nos últimos trinta anos, o rearranjo do quadro colonial trouxe novos problemas para as relações entre línguas no mundo todo. Se a nação, o indivíduo e o positivismo foram elementos fundamentais na configuração da lingüística, se seus modelos teóricos são herdeiros diretos da expansão colonial, seria no mínimo prudente revisar a situação histórica atual desses conceitos antes de dar aval a esse objeto do século XIX. Algumas das mudanças históricas que afetam tais conceitos podem ser agrupadas.

A abertura de mercados globalizados transnacionais enfraqueceu a ideologia da *nação*, tendo conseqüências lingüísticas importantes, como a emersão de línguas minoritárias reprimidas nos períodos nacionalistas. Mignolo (2003) apresenta os exemplos do quíchua, no Peru e Bolívia, e do catalão, na Espanha, como exemplos da retomada de línguas reprimidas pelo nacionalismo. No Brasil, muitos projetos de revitalização de línguas indígenas – especialmente a partir dos recursos da convenção escrita e da escolarização – estão sendo desenvolvidos, por vezes com apoio de universidades, como a UFG, e órgãos governamentais, como a Funai. As instituições deixadas pela colonização no seu processo de dominação lingüística são agora inesperadas parceiras das línguas retomadas. No entanto, se é verdade que cada vez mais se fala guarani nas ruas do Paraguai, é preciso lembrar também que, no contato com brancos, as línguas indígenas brasileiras ainda precisam ser esquecidas. Isso significa que as emersões lingüísticas se dão desigualmente, e naturalmente com perspectivas desiguais de sobrevivência.

Essa mesma abertura globalizante tem como outra conseqüência as apropriações subversivas de línguas européias nas ex-colônias ou nos processos migratórios colônia-metrópole. Como o dossiê da Unesco sobre o tema afirma, “no curso do século XXI, o desaparecimento de línguas ‘raras’ poderão ser acompanhadas da emergência de novas línguas miscigenadas ou nascidas da diversificação de línguas dominantes”<sup>2</sup> (DOSSIER, 2000, p. 17). Todos conhecemos a fragmentação e pressão a que as línguas coloniais estão sendo submetidas pelas literaturas das colônias, especialmente o inglês (LACOSTE, 2005). E é muito freqüente que o encontro violento entre as línguas, seus conflitos, limites e produtividade de subversão tenham sido temas dessas novas produções literárias. Pessoalmente, não conheço melhor exemplo que a escritora Glória Anzaldúa: as fronteiras geográficas, lingüísticas, sexuais e espirituais foram para ela construídas com violência, mas tornaram-se familiares: “Não é um território confortável para viver, esse lugar de contradições. Aversão, ódio e exploração são os aspectos proeminentes dessa paisagem. Porém tem havido compensações para esta *mestiza*, e algumas alegrias [...] Estranho, né? E sim, o elemento ‘alienígena’ tornou-se familiar – nunca confortável [...] Não, não confortável, mas o lar”<sup>3</sup> (ANZALDÚA, 1999, p. 19).

<sup>2</sup> “Au cours du XXIe siècle, la disparition de langues ‘rares’ pourrait s’accompagner de l’émergence de nouvelles langues métissées ou nées de la diversification de langues dominantes”. Essa tradução e todas as demais são minhas para fins desta publicação.

<sup>3</sup> “It’s not a comfortable territory to live in, this place of contractions. Hatred, anger and exploitation are the prominent features of this landscape. However, there have been compensations for this *mestiza*, and certain joys [...] Strange, huh? And yes, the ‘alien’ element has become familiar – never comfortable [...] No, not comfortable but home.”

Depois de cinco séculos de cristianização e civilização do mundo, o processo colonial apresenta um novo objetivo: a mercadização (MIGNOLO, 2003). A ênfase é no consumismo, nas mercadorias e nos crescentes centros mercadológicos. ‘Ter um mercado (forte ou fraco)’, ‘ser um mercado (emergente ou decadente)’, ‘estar no mercado’, ‘vencer ou perder no mercado’ são expressões que atravessam o discurso dos governos de países e de seus cidadãos mais comuns. Sobreviver no mercado é o lema, e as línguas não ficam de fora: elas também estão disponíveis para o consumo instrumental (para se inserir no mercado, aprenda inglês), cultural (quanto mais línguas falar, melhor) ou simbólico (os melhores alunos são os que conhecem línguas estrangeiras). São mercadorias preciosas, vendidas tanto em caras e tradicionais escolas de línguas – muitos delas orgulhosas representantes de embaixadas estrangeiras e, portanto, fortes braços da assimilação colonial – quanto em pequenos nichos de negócios, os camelôs das línguas, “o inglês para todos”, cujos métodos de ensino são rapidamente condenados pelas suas grandes concorrentes. Essas dinâmicas sócio-econômicas são também geopolíticas: são ainda as línguas das antigas e novas metrópoles que concentram a fatia única do mercado.

O conhecimento e a razão, irmãos siameses durante toda a expansão colonial e cultural da Europa, fizeram uma separação à faca desde os anos 60 e 70. A crítica à metafísica e o destaque dos temas “marginais” pelos pós-estruturalistas nietzschianos colocam em dúvida a pertinência dos modelos descritivistas dos “grandes” temas, como a unidade de um sistema político, a unidade de um país, a unidade de um sujeito e a unidade de uma língua. Não é mais o sistema do português do Brasil que faz sentido descrever – os estudos de variantes se multiplicam *ad infinitum* e o debate sobre estrangeirismos ganha em alcance e em posições divergentes, estas cada vez menos disfarçadas de teóricas e cada vez mais implicadas politicamente (DOSSIER, 2000; FARACO, 2001; SILVA & RAJAGOPALAN, 2004). É interessante destacar o uso dos termos “guerra” e “paz” em diferentes documentos sobre estrangeirismos.

O sujeito racional fez “harakiri” e deixou o flanco aberto para que novos sujeitos pudessem arrastar a discussão sobre a subjetividade para o campo das teorias da sujeição (COLLIN, 1992). O sujeito de fala universal previsto pela língua homogênea foi apontado como macho branco heterossexual europeu e sua língua um lugar para invenção de seus cânones e de seu poder. Se isso não foi o fim do sujeito, como os filósofos gostariam (para que não sobrasse espaço para outros sujeitos emergirem), foi sua apropriação estranha e inesperada. A língua, que até então recebia cortes territoriais ou, quando muito, étnicos, pode ser fatiada em comunidades de outra ordem – sexo, raça e até sexualidade podem ser encontrados como critérios de delimitação de pesquisa.

#### **4. A língua não é a mesma, a lingüística também não pode ser**

Novas configurações territoriais expõem as línguas também a novos limites, cada vez mais evidenciados como políticos e econômicos. Enquanto a lingüística defendeu critérios de homogeneidade para definir seu objeto de estudo no início do século XX, neste novo início de século outros critérios precisam ser elencados. Ou seja, “as transformações sócio-históricas também exigem modificações disciplinares” (MIGNOLO, 2003, p. 301).

A realidade de tantos valiosos problemas lingüísticos colocam um impasse para o sistema de regras que organiza a lingüística. Que língua é esta de que falamos hoje? Quais limites e de que tipo? Ela ainda tem uma sintaxe, uma semântica, uma morfologia? Ela ainda pode ser cortada, analisada, e sintetizada ao final? E ainda está apta a se submeter aos resultados finais de nossas pesquisas?

Para usar uma metáfora pertinente a nossos tempos, a língua, um objeto de estudo expatriado e exilado de seu território original – a nação, o indivíduo, a racionalidade científica – precisa andar, ser nômade e forasteira na ciência. Essa idéia me vem da distinção entre ciência nômade e ciência régia, proposta por Deleuze e Guatarri (1997). Basicamente, a ciência régia é caracterizada por teoremas e constantes, e a ciência nômade dependente de problemas de fluxo e suas variações contingentes. A língua é hoje um problema de fluxos e variações contingentes, que pedem outras práticas para a organização de seus estudos.

Para compreender os impactos lingüísticos das mudanças mundiais, é preciso romper as fronteiras disciplinares, promovendo novas configurações territoriais, novas práticas temáticas e temporais que sejam antes de tudo contra-disciplinares. Manter-se disciplinar, confinado em seus limites departamentais, reduz o quadro de análise e distancia ainda mais a lingüística de falantes das línguas. Essa é uma luta pela desmodernização e descolonização do conhecimento (MIGNOLO, 2003, p. 300). Se “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT, 1996, p. 30), e se as mudanças que aponte aqui afetam a constituição do objeto *língua*, a validade de muitos dos métodos da lingüística e derruba por terra muitas de suas proposições consideradas verdadeiras, fragilizando suas regras

e definições, então “o embaçamento das fronteiras nacionais exige também repensar, senão demolir, as fronteiras disciplinares” (MIGNOLO, 2003, p. 302).

A transculturação contamina o lugar da enunciação, afirma Mignolo (2003). Seguindo esse autor, eu gostaria de reforçar uma lingüística transcultural, que “para além do texto e do cânone descritivo, exige teorias e filosofias de produção simbólica humana, baseadas em categorias e processos lingüísticos transnacionais e transimperiais” (MIGNOLO, 2003, p. 301-302). Mignolo (2003, p. 309) sugere a expressão *linguajamento*, “o ato de pensar e escrever entre as línguas”, para afastar a “idéia de que a língua é um fato (isto é, um sistema de regras sintáticas, semânticas e fonéticas) em direção à idéia de que a fala e a escrita são estratégias para orientar e manipular os domínios sociais de interação”. O *linguajamento* poderia nos ajudar a deslocar a idéia de objeto lingüístico (gramática da língua) para a idéia de prática cultural e luta pelo poder, lidando com as condições plurilíngües do mundo atual e contrastando-as com o ideologia do monolinguismo, da modernidade e do colonialismo.

Mas não posso deixar de terminar assumindo que práticas contra-disciplinares geram inquietudes e tensões constantes, pois encontram competições e conflitos na elaboração do diálogo crítico com a própria formação de disciplinas – além de questões econômicas e institucionais que estariam implicadas em tais práticas. Depois de quinhentos anos de colonização, continuamos importando modelos teóricos dos antigos e novos impérios, consumindo suas revistas internacionais e sua produção ainda é considerada “de ponta”. Nossos estudantes querem saber a “pronúncia correta” dos famosos nomes estrangeiros, sem se perguntar quem decide o correto e o verdadeiro em meio ao plurilingüismo global. Em resumo, predomina o consumo colonizado, desigual e acrítico nas produções e nas práticas acadêmicas.

É necessário ser contra-disciplinar. Posso afirmar com tranqüilidade, pois o quadro histórico atual me garante essa necessidade. É viável ser contra-disciplinar? Eu sinceramente não sei. Mal consigo afirmar que tenho tentado entender como isso seria. Que práticas seriam essas? Alguns passos parecem mais claros, como a posição crítica em relação a método e a limites da teorização. Outros parecem mais obscuros, difíceis de defender, pois parecem arduamente implicados com uma ruptura no poder, não só de nossos departamentos disciplinares, mas das nossas universidades, das nossas práticas acadêmicas herdadas e reconfortantemente consolidadas pelas práticas coloniais.

Dúvidas são só o que eu tenho para oferecer; esta é minha situação liminar. Para alguns colegas talvez seja uma situação “nada científica”, sem dúvida. Se for mesmo, como Clastres (2003), eu prefiro abrir mão da ciência do que temer o próprio pensamento.

## 5. Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.

CAMERON, Deborah et al. *Researching language. Issues of power and method*. Londres: Routledge, 1992.

CAMERON, Deborah. Demythologising sociolinguistics. Why language does not reflect society? In: JOSEPH, J.; TAYLOR, T (ed.). *Ideologies of language*. London: Routledge, 1990. p. 79-96.

CARRILLO, Monica. Geopolíticas do conhecimento: construindo uma afro-epistemologia a partir da América do Sul. *Irohin*, Brasília, ano X, n. 10, p. 40, abr./mai. 2005.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COLLIN, Françoise. *Práxis da diferença: notas sobre o trágico do sujeito*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil platôs*. Tradução de Peter Pal Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: vol. 1, o campo do signo, 1945-1966*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1993.

DOSSIER Guerre et paix de langues. *Le Courier de l'Unesco*, abr. 2000.

- FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismos: guerras em torno das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- FEYERABEND, Paul. Consolando o especialista. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 244-284.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. (Leituras filosóficas).
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- IANNI, Otavio. *Estilos de pensamento: explicar, compreender, revelar*. Araraquara: Laboratório Editorial/FCL Unesp, 2003.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates; 115).
- LACOSTE, Yves (org.). *Geopolítica do inglês*. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- PENNYCOOK, Alastair. Os limites da lingüística. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. In: SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (org.). *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Linguagem 8). p. 39-43.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 16ª ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1991.
- SILVA, Fábio Lopes da. As três leis de Nixon. In: SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (org.). *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Linguagem 8). p. 79-82.
- SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (org.). *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Linguagem 8).